



Como interagir com o dislético em sala de aula

Uma educação para todos precisa valorizar a heterogeneidade, pois a diversidade dinamiza os grupos, enriquece as relações e interações, levando a despertar no educando o desejo de se comprometer e aprender. Desta forma, a escola passa a ser um lugar privilegiado de encontro com o outro, para todos e para cada um, onde há respeito por pessoas diferentes.

É na escola que a dislexia, de fato, aparece. Há disléticos que revelam suas dificuldades em outros ambientes e situações, mas nenhum deles se compara à escola, local onde a leitura e escrita são permanentemente utilizadas e, sobretudo, valorizadas. Entretanto, a escola que conhecemos certamente não foi feita para o dislético. Objetivos, conteúdos, metodologias, organização, funcionamento e avaliação nada têm a ver com ele. Não é por acaso que muitos portadores de dislexia não sobrevivem à escola e são por ela preteridos. E os que conseguem resistir a ela e diplomar-se o fazem, astuciosa e corajosamente, por meio de artifícios, que lhes permitem driblar o tempo, os modelos, as exigências burocráticas, as cobranças dos professores, as humilhações sofridas e, principalmente, as notas.

Neste contexto, o educador deve estar aberto para lidar com as diferenças, e como Frederic Litto, da Escola do Futuro da USP coloca: ***"deve ser um estimulador do prazer de aprender, um alquimista em fazer o aluno enxergar o "contexto" e o "sentido" e, um especialista em despertar a autoestima"***. Para que isto ocorra, deve transformar a sala de aula em uma "oficina", preparada para exercitar o raciocínio, isto é, onde os alunos possam aprender a ser objetivos, a mostrar liderança, resolver conflitos de opinião, a chegar a um denominador comum e obter uma ação construtiva. Sob este prisma, a interação com o aluno dislético torna-se facilitada, pois, apesar do distúrbio de linguagem, este aluno apresenta potencial intelectual e cognitivo preservado; desta maneira estará sendo estimulado e respeitado, além de se favorecer um melhor desempenho.

A seguir estão algumas atitudes que podem facilitar a interação:

- Dividir a aula em espaços de exposição, seguido de uma “discussão” e síntese ou jogo pedagógico;
- Dar “dicas” e orientar o aluno como se organizar e realizar as atividades na carteira;
- Valorizar os acertos;
- Estar atento na hora da execução de uma tarefa que seja realizada por escrito, pois seu ritmo pode ser mais lento por apresentar dificuldade quanto à orientação e mapeamento espacial, entre outras razões;
- Observar como ele faz as anotações da lousa e auxiliá-lo a se organizar;
- Desenvolver hábitos que estimulem o aluno a fazer uso consciente de uma agenda para recados e lembretes;
- Na hora de dar uma explicação usar uma linguagem direta, clara e objetiva e verificar se ele entendeu;
- Permitir nas séries iniciais o uso de tabuadas, material dourado, ábaco e para alunos que estão em séries mais avançadas, o uso de fórmulas, calculadora, gravador e outros recursos sempre que necessário;

É **equivocado** insistir em exercícios de “fixação”: *repetitivos e numerosos*, isto não diminui sua dificuldade.

Levando-se em conta que o ensino, a aprendizagem e a avaliação constituem um ciclo articulado, deve-se para isso cumprir quatro perspectivas importantes:

- Ser formativa
- Ser qualitativa
- Ser construtivista
- Multimeios

A inclusão do aluno disléxico na escola, como pessoa portadora de necessidade especial, está garantida e orientada por diversos textos legais e normativos.

Na Proposta Pedagógica existem as seguintes possibilidades:

- a) **Provas escritas**, de **caráter operatório**, contendo questões objetivas e/ou dissertativas, realizadas individualmente e/ou em grupo, sem ou com consulta a qualquer fonte;
- b) **Provas orais**, através de discurso ou arguições, realizadas individualmente ou em grupo, sem ou com consulta a qualquer fonte;
- c) **Testes**;
- d) **Atividades práticas**, tais como trabalhos variados, produzidos e apresentados através de diferentes expressões e linguagens, envolvendo estudo, pesquisa, criatividade e experiências práticas realizados individualmente ou em grupo, intra ou extraclasse;
- e) **Diários**;
- f) **Fichas avaliativas**;
- g) **Pareceres descritivos**;

- h) **Observação de comportamento**, tendo por base os valores e as atitudes identificados nos objetivos da escola (solidariedade, participação, responsabilidade, disciplina e ética).

É importante manter a comunidade educativa permanentemente informada a respeito da dislexia. Informações sobre eventos que tratam do assunto e seus resultados, desempenho dos alunos portadores da dislexia, características desse distúrbio de aprendizagem, maneiras de ajudar o aluno disléxico na escola, etc.

Não é necessário que alunos disléxicos fiquem em classe especial. Alunos disléxicos têm muito a oferecer para os colegas e muito a receber deles. Essa troca de humores e de saberes, além de afetos, competências e habilidades só faz crescer amizade, a cooperação e a solidariedade.

A avaliação de dislexia traz sempre indicação para acompanhamento específico em uma ou mais áreas profissionais (fonoaudiologia, psicopedagogia, psicologia...), de acordo com o tipo e nível de dislexia constatado. Assim sendo, a escola precisa assegurar, desde logo, os canais de comunicação com o(s) profissional(is) envolvido(s), tendo em vista a troca de experiências e de informações.

Os professores que trabalham com a classe desse aluno(a) devem saber da existência do quadro de dislexia. Quanto aos colegas, o critério é do aluno: se ele quiser contar para os companheiros que o faça.

Possíveis Dificuldades Enfrentadas Pelos Educadores:

- Não há receita para trabalhar com alunos disléxicos. Assim, é preciso mais tempo e mais ocasiões para a troca de informações sobre os alunos, planejamento de atividades e elaboração de instrumentais de avaliação específicos;
- Relutância inicial (ou dificuldade) por parte de alguns professores para separar o comportamento do aluno disléxico das suas dificuldades;
- Receio do professor em relação às normas burocráticas, aos companheiros de trabalho, aos colegas do aluno disléxico, familiares, etc.;
- Angústia do professor em relação ao nível de aprendizado do aluno e às suas condições para enfrentar o vestibular;
- Tempo necessário para cada professor percorrer a sua trajetória pessoal em relação a esta questão.

Procedimentos Básicos:

- **Trate o aluno disléxico com naturalidade.** Ele é um aluno como qualquer outro; apenas, disléxico. A última coisa para a qual o diagnóstico deveria contribuir seria para (aumentar) a sua discriminação.
- **Use a linguagem direta, clara e objetiva quando falar com ele.** Muitos disléxicos têm dificuldade para compreender uma linguagem (muito) simbólica, sofisticada e metafórica. Seja simples, utilize frases curtas e concisas ao passar instruções.

- **Fale olhando direto para ele.** Isso ajuda e muito. Enriquece e favorece a comunicação.
- **Traga-o para perto da lousa e da mesa do professor.** Tê-lo próximo à lousa ou à mesa de trabalho do professor, pode favorecer o diálogo, facilitar o acompanhamento, facilitar a orientação, criar e fortalecer novos vínculos.
- **Verifique sempre e discretamente se ele demonstra estar entendendo a sua exposição.** Ele tem dúvidas a respeito do que está sendo objeto da sua aula? Ele consegue entender o fundamento, a essência, do conhecimento que está sendo tratado? Ele está acompanhando o raciocínio, a explicação, os fatos? Repita sempre que preciso e apresente exemplos, se for necessário.
- **Certifique-se de que as instruções para determinadas tarefas foram compreendidas.** O que, quando, onde, como, com o que, com quem, em que horário etc. Não economize tempo para constatar se ficou realmente claro para o aluno o que se espera dele.
- **Observe discretamente se ele fez as anotações da lousa e de maneira correta antes de apagá-la.** O disléxico tem um ritmo diferente dos não-disléxicos, portanto, evite submetê-lo a pressões de tempo ou competição com os colegas.
- **Observe se ele está se integrando com os colegas.** Geralmente o disléxico angaria simpatias entre os companheiros. Suas qualidades e habilidades são valorizadas, o que lhes favorece o relacionamento. Entretanto, sua inaptidão para certas atividades escolares (provas em dupla, trabalhos em grupo, etc.) pode levar os colegas a rejeitá-lo nessas ocasiões. O professor deve evitar situações que evidenciem esse fato. Com a devida distância, discreta e respeitosamente, deve contribuir para a inserção do disléxico no grupo-classe.
- **Estimule-o, incentive-o, faça-o acreditar em si, a sentir-se forte, capaz e seguro.** O disléxico tem sempre uma história de frustrações, sofrimentos, humilhações e sentimentos de menos valia, para a qual a escola deu uma significativa contribuição. Cabe, portanto, a essa mesma escola, ajudá-lo a resgatar sua dignidade, a fortalecer seu ego, a (ri) construir sua auto-estima.
- **Sugira-lhe “dicas”, “atalhos”, “jeitos de fazer”, “associações”... que o ajudem a lembrar-se de, a executar atividades ou a resolver problemas.**
- **Não lhe peça para fazer coisas na frente dos colegas, que o deixem na berlinda: principalmente ler em voz alta.**
- **Atenção: em geral, o disléxico tende a lidar melhor com as partes do que com o todo.** Abordagens e métodos globais e dedutivos são de difícil compreensão para ele. Apresente-lhe o conhecimento em partes, de maneira dedutiva.
- **Permita, sugira e estimule o uso de gravador, tabuada, máquina de calcular, recursos da informática...**
- **Permita, sugira e estimule o uso de outras linguagens.**

O disléxico tem dificuldade para ler e entender o que lê. Assim sendo:

- Avaliações que contenham exclusivamente textos, sobretudo textos longos, não devem ser aplicadas a tais alunos;
- Utilize uma única fonte, simples, em toda a prova (preferencialmente “Arial 11” ou “Times New Roman 12”), evitando-se misturar fontes e tamanhos, sobretudo às manuscritas (itálicas e rebuscadas);

- Para avaliações ofereça uma folha de prova limpa, sem rasuras, sem riscos ou sinais que possam confundir o leitor;
- Leia a prova em voz alta e, antes de iniciá-la, verifique se os alunos entenderam o que foi perguntado, se compreenderam o que se espera que seja feito (o que e como);
- Destaque claramente o texto de sua(s) respectiva(s) questão(ões);
- Recorra a símbolos, sinais, gráficos, desenhos, modelos, esquemas e assemelhados, que possam fazer referência aos conceitos trabalhados;
- Não utilize textos científicos ou literários (mormente os poéticos) que sejam densos, carregados de terminologia específica, de simbolismos, de eufemismos, de vocábulos com múltiplas conotações... para que o aluno os interprete exclusivamente a partir da leitura. Nesses casos, recorra à oralidade;
- Evite estímulos visuais “estranhos” ao tema em questão;
- Se utilizar figuras, fotos, ícones ou imagens, cuidar para que haja exata correspondência entre o texto escrito e a imagem;
- Dê preferência às avaliações orais, através das quais, em tom de conversa, o aluno tenha a oportunidade de dizer o que sabe sobre o(s) assunto(s) em questão;
- Não indique livros apenas para leituras paralelas. Dê preferência a outras experiências que possam contribuir para o alcance dos objetivos previstos: assistir a um filme, a um documentário, a uma peça de teatro, visitar um museu, um laboratório, uma instituição, empresa ou assemelhado, recorrer a versões em quadrinhos, em animações, em programas de informática;
- Ao empregar questões de falso-verdadeiro:
 1. Construa um bom número de afirmações verdadeiras e em seguida reescreva a metade, tornando-as falsas;
 2. Evite o uso da negativa e também de expressões absolutas;
 3. Construa as afirmações com bastante clareza e aproximadamente com a mesma extensão;
 4. Inclua somente uma idéia em cada afirmação;
 5. Evite formular questões negativas.
- Ao empregar questões de associações:
 1. Trate de um só assunto em cada questão;
 2. Redija cuidadosamente os itens para que o aluno não se atrapalhe com os mesmos.
- Ao empregar questões de lacuna:
 3. Use somente um claro, no máximo dois, em cada sentença;
 4. Faça com que a lacuna corresponda à palavra ou expressão significativas, que envolvam conceitos e conhecimentos básicos e essenciais – também chamados de “ferramentas” e não a detalhes secundários;
 5. Conserve a terminologia presente no livro adotado ou no registro feito em aula.

O disléxico tem dificuldade para reconhecer e orientar-se no espaço visual. Assim sendo:

- observe as direções da escrita (da esquerda para a direita e de cima para baixo) em todo o corpo da avaliação.

O disléxico tem dificuldade com a memória visual e/ou auditiva (o que lhe dificulta ou lhe impede de automatizar a leitura e escrita). Assim sendo:

- Repita o enunciado na(s) página(s), sempre que se fizer necessário;
- Não elabore avaliações que privilegiem a memorização de nomes, datas, fórmulas, regras gramaticais, espécies, definições, etc. Quando tais informações forem importantes, forneça-as ao aluno (verbalmente ou por escrito) para que ele possa servir-se delas e empregá-las no seu raciocínio ou na resolução do problema;
- Privilegie a avaliação de conceitos e de habilidades e não de definições;
- Permita a utilização da tabuada, calculadora, gravador, anotações, dicionários e outros registros durante as avaliações;
- Dê instruções curtas e simples (e uma de cada vez) para evitar confusões;
- Elabore questões em que o aluno possa demonstrar o que aprendeu completando, destacando, identificando.

O aluno disléxico ou com outras dificuldades de aprendizagem tende a ser lento (ou muito lento). Assim sendo:

- Dê mais tempo para realizar a prova;
- Possibilite a realização da prova num outro ambiente da escola (sala de orientação, biblioteca, sala de grupo);
- Elabore mais avaliações e com menos conteúdo, para que o aluno possa realizá-las num menor tempo.

Considere que o aluno disléxico já tem dificuldades para automatizar o código linguístico da própria língua e isso se acentua em relação à língua estrangeira.

Considerando que a avaliação tem a finalidade fundamental de adequar os processos didáticos às necessidades dos alunos (finalidade reguladora), devemos cada vez mais destacar a necessidade da autorregulação dos alunos para adequar os próprios processos de aprendizagem e poder aprender. Neste processo, a professora, os colegas e o próprio aluno atuam como agentes, avaliando e refletindo sobre como se desenvolve a tarefa, para poder fazer os ajustes em suas estratégias de aprendizagem de maneira autônoma.

Alguns aspectos práticos a serem observados em relação à AVALIAÇÃO:

- Avaliar continuamente (maior número de avaliações e menor número de conteúdo);
- Personalizar a avaliação sempre que possível. Desenhos, figuras, esquemas, gráficos e fluxogramas, ilustram, evocam lembranças ou substituem muitas palavras e levam aos mesmos objetivos;
- Quando for idêntica a dos colegas, leia você mesmo(a) os enunciados em voz alta, certificando-se de que ele compreendeu as questões;
- Durante a avaliação preste a assistência necessária, dê a ele chance de explicar oralmente o que não ficou claro por escrito e respeite o seu ritmo;
- Ao corrigi-la, valorize não só o que está explícito como também o implícito e adapte os critérios de correção para a sua realidade;
- Não faça anotações na folha da prova (sobretudo juízo de valor);
- **Não registre a nota sem antes:**
 1. Retomar a prova com ele e verificar, oralmente, o que ele quis dizer com o que escreveu;
 2. Pesquisar, principalmente, sobre a natureza do(s) erro(s) cometido(s). Ex.: Não entendeu o que leu e por isso não respondeu corretamente ao solicitado? Leu, entendeu, mas não soube aplicar o conceito ou a fórmula? Aplicou o conceito (ou a fórmula), mas desenvolveu o raciocínio de maneira errada? Em outras palavras: em que errou e por que errou?
 3. Dê ao aluno a opção de fazer prova oral ou atividade que utilize diferentes expressões e linguagens. Exigir que o disléxico comunique o que sabe, levante questões, proponha problemas e apresente soluções exclusivamente através da leitura e da escrita é violentá-lo; é, sobretudo, negar um direito – natural – de comunicar-se, de criar, de livre expressar-se.

Educador lembre-se que aqui estão alguns procedimentos para ajudá-lo na sua prática do dia-a-dia, sua experiência, seu *feeling* e seu compromisso com o ato de educar, também, irão pesar de forma significativa.

Autores do Texto: Psicóloga, Psicopedagoga e Professora Ana Luiza Borba
Orientador Educacional e Prof. Mario Ângelo Braggio

Associação Brasileira de Dislexia – A.B.D.
Rua Catalão nº 72 – Bairro Sumaré - São Paulo - SP – CEP. 01255-020
(11)3231-3296 - (11)3258-7568 - (11)3237-0809 - (11)3129-9721
contato@dislexia.org.br - www.dislexia.org.br



LEGISLAÇÕES DE APOIO PARA ATENDIMENTO AO DISLÉXICO

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (ECA)

Art. 53, incisos I, II e III

“A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II – direito de ser respeitado pelos seus educadores;

III – direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores.”

Deliberação CEE nº 11/96

Artigo 1º - “o resultado final da avaliação feita pela Escola, de acordo com seu regimento, deve refletir o desempenho global do aluno durante o período letivo, no conjunto dos componentes curriculares cursados, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados obtidos durante o período letivo sobre os da prova final, caso esta seja exigida, considerando as características individuais do aluno e indicando sua possibilidade de prosseguimento nos estudos”.

Indicação CEE nº 5/98, de 15/4/98

D.O.E. em 23/9/98

“(…) educação escolar consiste na formação integral e funcional dos educandos, ou seja, na aquisição de capacidades de todo tipo: cognitivas, motoras, afetivas, de autonomia, de equilíbrio pessoal, de inter-relação pessoal e de inserção social.

(…) os conteúdos escolares não podem se limitar aos conceitos e sim devem incluir procedimentos, habilidades, estratégias, valores, normas e atitudes. E tudo deve ser

assimilado de tal maneira que possa ser utilizado para resolver problemas nos vários contextos.

(...) os alunos não aprendem da mesma maneira e nem no mesmo ritmo. O que eles podem aprender em uma determinada fase depende de seu nível de amadurecimento, de seus conhecimentos anteriores, de seu tipo de inteligência, mais verbal, mais lógica ou mais espacial. No cotidiano da sala de aula, convivem pelo menos três tipos de alunos que têm “aproveitamento insuficiente”: os imaturos, que precisam de mais tempo para aprender; os que têm dificuldade específica em uma área do conhecimento; e os que, por razões diversas, não se aplicam, não estudam, embora tenham condições.

(...) recuperar significa voltar, tentar de novo, adquirir o que perdeu, e não pode ser entendido como um processo unilateral. Se o aluno não aprendeu, o ensino não produziu seus efeitos, não havendo aqui qualquer utilidade em atribuir-se culpa ou responsabilidade a uma das partes envolvidas. Para recobrar algo perdido, é preciso sair à sua procura e o quanto antes melhor: inventar estratégias de busca, refletir sobre as causas, sobre o momento ou circunstâncias em que se deu a perda, pedir ajuda, usar uma lanterna para iluminar melhor. Se a busca se restringir a dar voltas no mesmo lugar, provavelmente não será bem sucedida.

(...) O compromisso da Escola não é somente com o ensino, mas principalmente com a aprendizagem. O trabalho só termina quando todos os recursos forem usados para que todos os alunos aprendam. A recuperação deve ser entendida como uma das partes de todo o processo ensino-aprendizagem de uma escola que respeite a diversidade de características e de necessidades de todos os alunos.

(...) Dentro de um projeto pedagógico consistente, a recuperação deve ser organizada para atender aos problemas específicos de aprendizagem que alguns alunos apresentam, e isso não ocorre em igual quantidade em todas as matérias nem em épocas pré-determinadas no ano letivo. A recuperação da aprendizagem precisa: - ser imediata, assim que for constatada a perda, e contínua; ser dirigida às dificuldades específicas do aluno; abranger não só os conceitos, mas também as habilidades, procedimentos e atitudes.

(...) A recuperação paralela deve ser preferencialmente feita pelo próprio professor que viveu com o aluno aquele momento único de construção do conhecimento. Se bem planejada e baseada no conhecimento da dificuldade do aluno, é um recurso útil.”

Lei nº 10.172 de 9 de janeiro de 2001 - Plano Nacional de Educação

Capítulo 8 - Da Educação Especial

8.2 – Diretrizes

A educação especial se destina a pessoas com necessidades especiais no campo da aprendizagem, originadas quer de deficiência física, sensorial, mental ou múltipla, quer de características como de altas habilidades, superdotação ou talentos.

(...) A integração dessas pessoas no sistema de ensino regular é uma diretriz constitucional (art. 208, III), fazendo parte da política governamental há pelo menos uma década. Mas, apesar desse relativamente longo período, tal diretriz ainda não produziu a mudança necessária na realidade escolar, de sorte que todas as crianças, jovens e adultos com necessidades especiais sejam atendidos em escolas regulares, sempre que for recomendado pela avaliação de suas condições pessoais. Uma política explícita e vigorosa de acesso à educação, de responsabilidade da União, dos Estados e Distrito Federal e dos Municípios, é uma condição para que às pessoas especiais sejam assegurados seus direitos à educação. Tal política abrange: o âmbito social, do reconhecimento das crianças, jovens e adultos especiais como cidadãos e de seu direito de estarem integrados na sociedade o mais plenamente possível; e o âmbito educacional, tanto nos aspectos administrativos (adequação do espaço escolar, de seus equipamentos e materiais pedagógicos), quanto na qualificação dos professores e demais profissionais envolvidos.

O ambiente escolar como um todo deve ser sensibilizado para uma perfeita integração. Propõe-se uma escola integradora, inclusiva, aberta à diversidade dos alunos, no que a participação da comunidade é fator essencial. Quanto às escolas especiais, a política de inclusão as reorienta para prestarem apoio aos programas de integração.

(...) Requer-se um esforço determinado das autoridades educacionais para valorizar a permanência dos alunos nas classes regulares, eliminando a nociva prática de encaminhamento para classes especiais daqueles que apresentam dificuldades comuns de aprendizagem, problemas de dispersão de atenção ou de disciplina. A esses deve ser dado maior apoio pedagógico nas suas próprias classes, e não separá-los como se precisassem de atendimento especial.

Parecer CNE/CEB nº 17/2001

Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001

“O quadro das dificuldades de aprendizagem absorve uma diversidade de necessidades educacionais, destacadamente aquelas associadas a: dificuldades específicas de aprendizagem como a dislexia e disfunções correlatas; problemas de atenção, perceptivos, emocionais, de memória, cognitivos, psicolingüísticos, psicomotores, motores, de comportamento; e ainda há fatores ecológicos e socio-econômicos, como as privações de caráter sociocultural e nutricional.”